



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

TABELA 7

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO¹ SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – GESTÃO²

Emitente: Unidade Central de Controle Interno – Iconha/ES

Unidade Gestora: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Iconha-ES

Gestor responsável: José Maurício Caprini

Exercício: 2019

1. RELATÓRIO

1.1 Introdução

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

1. Itens de abordagem prioritária						
1.1 Gestão fiscal, financeira e orçamentária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados ³	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle ⁴	Amostra Selecionada ⁵

1 “ORGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO” para os Municípios que não implantaram unidades executoras de controle interno.

2 Artigos 82, § 2º da Lei Complementar 621/2012 c/c artigos 135, §4º, 137, IV e 142 do RITCEES (aprovado pela Resolução TC-261/2013

3 Pode ser listado em anexos

4 Quando possível, indicar a totalidade de recursos, ou processos, ou itens, que compõe o objeto/ponto de controle no período analisado.

5 Quando possível, indicar a quantidade de recursos, ou processos, ou itens, selecionados para compor a amostra.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

1.1.2.	Despesa – realização sem prévio empenho	Processo Administrativo 004.613/2020 Relatório pagamentos	n. de	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Relatório anual	Relatório anual
--------	---	--	-------	--------------------------	---	-----------------	-----------------

1.2 Gestão previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Processo Administrativo 004.613/2020 Análise relatório DEMCPA	n. CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se foram realizados os registros contábeis orçamentários e patrimoniais, das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.2.	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Processo Administrativo 004.613/2020 relatório: DEMCPA, BALVER	n. CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.3.	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Processo Administrativo 004.613/2020 relatório: BALVER	n. CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificar se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.4.	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	Processo Administrativo 004.613/2020 Análise relatório: relatório: DEMCSE, BALVER DELREP Relatório pagamentos	n. CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Relatório anual	Relatório anual
1.2.5.	Parcelamento de débitos previdenciários	Processo Administrativo 004.613/2020 relatório: DELREP, DEMVAP, DEMFCA, BALVER	n. CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei	Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo registrados como passivo da entidade; b) estão sendo registrados	Relatório anual	Relatório anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

			8.212/1991 Lei Local Regime de competência	como ativo a receber no RPPS; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.		
1.2.8.	Medidas de Cobrança Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Processo Administrativo n. 004.613/2020 Relatório de pagamentos relatório: DEMCPA, DEMCSE, DELCEDI	LRF	Avaliar se as obrigações previdenciárias não recolhidas pelas unidades gestoras, foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não adimplidas pelo gestor do RPPS e pelo Controle Interno.	Relatório anual	Relatório anual

1.3 Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1.	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Processo Administrativo n. 004.613/2020 Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERALM TERMOV TERIMO TERINT DEMVAP BALPAT BALVER	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Relatório anual	Relatório anual
1.3.2.	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro controle	Processo Administrativo n. 004.613/2020 Análise relatório: INVALM INVMOV INVIMO TERINT	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Relatório anual	Relatório anual
1.3.3.	Disponibilidades financeiras – depósito e	Processo Administrativo n. 004.613/2020	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram	Relatório anual	Relatório anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

	aplicação	Análise relatório EXTBAN TVDISP	164 CRFB/88.	da depositadas em instituições financeiras oficiais.		
1.3.4.	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Processo Administrativo n. 004.613/2020 Análise dos Extratos bancários por amostragem e EXTBAN TVDISP BALPAT BALVER	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	Relatório anual	Relatório anual

1.5 Demais atos de gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	Processo 004.613/2020 DOCSPCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	RELGES DEMREN BALORC BALFIN BALPAT DEMVAP DEMDIFD DEMDFLT DEMFCFA INVMOV TERMOV DEMBMV INVIMO TERIMO DEMBIM INVALM TERALM DEMAMC DEMAMC INVINT TERINT COMINV DEMDAT DEMDATA DEMRAP EXTBAN TVDISP FOLRPP FOLRGP DEMCPA DEMCSE FIXSUB FICPAG DELREP DELCEIDI DECINAT NOTEXP DOCSPCA	RELGES DEMREN BALORC BALFIN BALPAT DEMVAP DEMDIFD DEMDFLT DEMFCFA INVMOV TERMOV DEMBMV INVIMO TERIMO DEMBIM INVALM TERALM DEMAMC DEMAMC INVINT TERINT COMINV DEMDAT DEMDATA DEMRAP EXTBAN TVDISP FOLRPP FOLRGP DEMCPA DEMCSE FIXSUB FICPAG DELREP DELCEIDI DECINAT NOTEXP DOCSPCA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

1.5.2	Segregação de funções.	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Questionário anual	Questionário anual
-------	------------------------	--------------------------------------	----	-------------------	--	--------------------	--------------------

2. Itens de abordagem complementar

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	
2.2.10	Execução de programas e projetos	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na lei orçamentária anual.	Questionário anual	Questionário anual
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	Questionário anual	Questionário anual
2.2.30	Despesa realização de despesas	Processo Administrativo 004.613/2020 Relatório pagamentos	n. de	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Relatório anual	Relatório anual
2.2.31	Despesa – liquidação	Processo Administrativo 004.613/2020 Relatório pagamentos	n. de	Lei 4.320/1964, art. 63	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Relatório anual	Relatório anual
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Processo Administrativo 004.613/2020 Relatório pagamentos	n. de	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Relatório anual	Relatório anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2.2.33	Despesa – desvio de finalidade	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Questionário anual	Questionário anual
2.2.34	Despesa – auxílios, contribuições e subvenções.	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	Questionário anual	Questionário anual
2.2.35	Despesa – subvenção social.	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu o disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	Questionário anual	Questionário anual

2.3. Gestão Patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	
2.3.1	Passivos contingentes	Processo Administrativo 004.613/2020 BALPAT	n.	CRFB/88, art. 100. / ei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade e NBC-TSP 03.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Não houve precatórios no exercício de 2019	Não houve precatórios no exercício de 2019
2.3.2	Dívida pública – precatórios – pagamento	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Não houve precatório no exercício de 2019	Não houve precatório no exercício de 2019
2.3.5	Cancelamento de passivos	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade e NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	Questionário anual	Questionário anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2.4. Limites Constitucionais e legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.4.1	Transferências voluntárias	Processo Administrativo 004.613/2020	n. LC 101/2000, art. 25, § 1º.	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias para outro Ente da Federação e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	Não houve transferências voluntárias para outro Ente da Federação	Não houve transferências voluntárias para outro Ente da Federação
2.4.3	Dívida pública – originalmente superior ao limite – redução do valor excedente	Processo Administrativo 004.613/2020	n. Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de 2001, excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um quinze avos) por exercício.	Não excedia os limites	Não excedia os limites

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Processo Administrativo 004.613/2020	n. LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.2	Base de cálculo de contribuições RPPS	Processo Administrativo 004.613/2020 Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal nº	n. CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de uma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão	Questionário anual	Questionário anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

		974/2017 Lei Municipal nº 1.038/2018 Lei Municipal nº 1.084/2019		sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.		
2.5.4	Alíquota de contribuição – Recolhimento	Processo Administrativo nº. 004.613/2020 Lei Municipal 958/2017 Lei Municipal nº 974/2017 Lei Municipal nº 1.038/2018 Lei Municipal nº 1.084/2019	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Processo Administrativo 004.613/2020 Acordão TC-1151/2017- PLENÁRIO processo 5584/2015-5	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de emissão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao RPPS, nas unidades gestoras.	Plano de Ação Conjunto UCCI – Poder Executivo – IPASIC (cumprimento do Acórdão TC 1151/2017)	Plano de Ação Conjunto UCCI – Poder Executivo – IPASIC (cumprimento do Acórdão TC 1151/2017)
2.5.7	Servidores cedidos	Processo Administrativo 004.613/2020	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 32, I, II e III.	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contrato/termo de cessão de servidores.	Questionário anual	Questionário anual
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários – Autorização Legal	Processo Administrativo 004.613/2020 Processo Administrativo 003.492/2018	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. ON MPS-SPS 02/2009, art. 36	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Não há parcelamentos	Não há parcelamentos
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Processo Administrativo nº 004.613/2020 Relatório: DELREP	MCASP e Portaria MPS 403/2008, art. 17.	Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS pela Unidade Gestora devedora, bem como do reconhecimento da receita pelo RPPS em conta específica do plano de contas.	Relatório anual	Relatório anual
		Processo Administrativo 004.613/2020	n.	Verificar se o ente realiza censo atuarial	Portaria SAAE nº	Portaria SAAE nº 023/2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

2.5.26	Censo Atuarial	IN SPP nº 04/2018 aprovada pelo Decreto 3393/2018	Lei Federal 10.887/2004, art.3º .Portaria MPS 403/2008, art.12.	de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	023/2019 Portaria IPASIC nº 594/2018	Portaria IPASIC nº 594/2018
2.5.37	Registro de Admissões	Processo Administrativo 004.613/2020	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Não foram realizadas admissões	Não foram realizadas admissões
2.6. Demais atos de gestão						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos comissão	Processo Administrativo 004.613/2020	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Questionário anual	Questionário anual
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Processo Administrativo 004.613/2020	Legislação específica	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	Não dispõe de lei específica	Não dispõe de lei específica
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Processo Administrativo 004.613/2020	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade	Questionário anual	Questionário anual



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

				temporária e de excepcional interesse público.		
2.6.4	Pessoal – teto	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Questionário anual
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	Questionário anual
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Processo Administrativo 004.613/2020	n.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	Questionário anual

Objetivando subsidiar a emissão do parecer final sobre as contas ora avaliadas, realizamos procedimentos de auditoria como análise documental, exame de registros – processo nº 004.613/2020, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI 2020.

No PAAI 2020 a primeira auditoria prevista no cronograma de 2020 teve cronograma de janeiro à março de 2020, sobre Prestação de Contas – PCA 2019, e teve com objetivo da auditoria verificar os itens de abordagem prioritária da Tabela referencial 1 do Anexo III da IN nº 43/2017 do TCEES, para compor as contas da PCA 2019 da Prefeitura Municipal de Iconha nas Contas de Prefeito e de Gestão, bem como nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Contas de Gestão do Fundo Municipal de Saúde, Instituto de Previdência-IPASIC e SAAE.

Cabe destacar que no âmbito do Poder Executivo do Município de Iconha, no IPASIC, no SAAE e no Fundo Municipal de Saúde, dado ao reduzido quadro de pessoal no ano de 2019, contando apenas com 1 servidor, qual seja a Controladora-Geral, não fora possível realizar maiores procedimentos de auditoria interna.

A Lei Municipal nº 754/2013, alterada pela Lei Municipal nº 904/2015, em seu art. 16 estabeleceu o prazo de 04 (quatro) anos como período de transição para realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal da Unidade Central de Controle Interno no âmbito da Prefeitura Municipal de Iconha.

O parágrafo único do art. 16 da Lei Municipal nº 754/2013 estabeleceu que este prazo poderá ser prorrogado por igual período, assim , através do Decreto Municipal nº 3.148, o prazo foi prorrogado pelo mesmo período.

A prorrogação do prazo para realização do concurso público ocorreu em virtude da crise financeira pela qual passa o país e também o Município, e está sendo dado andamento para sua realização.

No mês de dezembro de 2019 foi iniciado processo seletivo para contratação de profissional para compor o quadro de pessoal da Unidade Central de Controle Interno, através do Processo Seletivo nº 01/2019 – UCCI para contratação de 01 Auditor Público Interno com formação em Ciências Contábeis.

A contratação se deu em 20 de janeiro de 2020, o qual passou a desempenhar suas atividades na Unidade Central de Controle Interno, já atuando na avaliação das peças contábeis que integraram a PCA 2019.

Constatações e proposições



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Em monitoramento aos achados de auditoria nº 02/2018, findada em 19 de dezembro de 2018, foram feitas as seguintes constatações:

Código	Achados	Proposições/Alertas	Situação
2.5.3	ACH01 - ausência de separação de alíquotas (custo normal e custo suplementar) pela UG SAAE	Recomendação para que o SAAE que proceda a devida separação das alíquotas de custo normal e custo suplementar.	Concluído. O SAAE está procedendo a devida separação das alíquotas de custo normal e custo suplementar.
2.5.4	ACH02 - Ausência na folha de pagamento da definição do rol de rubricas (código ou verba) que compõem a remuneração dos servidores de cargos efetivos, a serem consideradas para fins de determinação da composição da base de cálculo, que incide as alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao IPASIC.	Recomendação para que o IPASIC, a Prefeitura Municipal de Iconha, ao FMS, o SAAE concluam os procedimentos para definição do rol de rubricas (código ou verba) que compõem a remuneração dos servidores de cargos efetivos, a serem consideradas para fins de determinação da composição da base de cálculo, que incide as alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores e patronal ao IPASIC, e deem publicidade por meio de publicação de instrução normativa.	Recomendação encaminhadas às UG's, Instrução Normativa contendo procedimentos para definição do rol de rubricas (código ou verba) que compõem a remuneração dos servidores de cargos efetivos concluída com a UG IPASIC e em andamento com as demais UG's.

Em monitoramento à Decisão 02701/2019-1, prolatada no processo TC-3131/2016-7, seguem abaixo informações relativas ao acompanhamento à fiscalização realizada pelo TCE, conforme análise individualizada de indícios de irregularidade da UG SAAE de Iconha:

ITEM	OBJETO DE AVALIAÇÃO	RESULTADO
01	Acumulação de cargos	Nenhum indício de irregularidade encontrado
02	Acumulação de cargos em municípios distantes	Nenhum indício de irregularidade encontrado



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA

UCCI – UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

03	Pagamento de remuneração acima do teto constitucional – salário superior ao do Ministro do STF	Nenhum indício de irregularidade encontrado
04	Pagamento de remuneração acima do teto constitucional – salário superior ao respectivo subteto	Nenhum indício de irregularidade encontrado
05	Servidores com carga horária superior a 65 horas semanais	Nenhum indício de irregularidade encontrado
06	Pagamento de horas-extras	Nenhum indício de irregularidade encontrado
07	Servidores com idade fora dos limites previstos em lei – 75 anos	Nenhum indício de irregularidade encontrado
08	Servidores com idade fora dos limites previstos em lei – 18 anos	Nenhum indício de irregularidade encontrado
09	Contratações temporárias	Nenhum indício de irregularidade encontrado
10	Remuneração inferiores ao salário mínimo	Nenhum indício de irregularidade encontrado

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. José Maurício Caprini, Diretor do SAAE de Iconha-ES, relativa ao exercício de 2019.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se *encontra regular*.

Iconha/ES, 03 de junho de 2020.

MOISES GUIO VASQUELLEUR

Auditor Público Interno

CRC-ES 018040

NADIA BELMOCK LOVATTI

Controladora Geral do Município de Iconha-ES

OAB-ES 19059